

-----**ACTA**-----

-----**da reunião ordinária de 19 de Junho de 2006**-----

-----Aos dezanove dias do mês de Junho de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ACTAS - Foram submetidas a apreciação as actas das reuniões de vinte e nove de Maio e cinco de Junho do corrente ano, às quais os Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos introduziram alterações.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro afirmou não compreender tantas alterações aos textos das actas e propôs que as alterações a introduzir sejam apresentadas por escrito pelos Vereadores interessados nas mesmas.-----

-----O Sr. Presidente disse que as actas em apreço não vão ser aprovadas hoje, porque estão a ser introduzidos elementos novos que podem desvirtuar o sentido e se a nova redacção não estiver de acordo com os factos reportados, vota contra a sua aprovação.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Sr. Presidente disse que a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha apresentou um requerimento pedindo informação sobre as

diligências efectuadas a respeito de um muro que barra um condomínio, construído por Batista & Gil, Lda, à entrada de Fazendas de Almeirim. Foi mandado um fiscal averiguar a situação, que prestou informação, e nesse sentido despachou o processo. Dado que o muro estava a ser construído sem licença, foi embargado e instaurado processo de contra-ordenação.-----

-----Para prestarem esclarecimentos técnicos, compareceram o consultor jurídico Dr. Vítor Batista e o Arqº António Forte, que responderão à questão se o proprietário pode ou não construir o muro e as consequências para a envolvente.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse que foi chamada ao local para tomar conhecimento da situação do condomínio, alegando os condóminos que o portão das traseiras era previsto na planta aprovada pela Câmara e foi até condição exigida para aprovar a obra. Se assim foi há contradição com o muro em construção que vai entaipar o portão. Os interessados dizem que já vieram várias vezes à Câmara, no início do processo e agora está mesmo o muro erguido. Gostava de saber se foi exigido o portão que vai desaguar na via pública e se o portão foi exigência da Câmara não faz sentido ser agora entaipado.-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que um interessado veio duas vezes à Câmara para falar sobre o assunto e foi recebido na presença do Dr. Vítor Batista e do Arqº Forte, tendo-lhe sido prestados os esclarecimentos que ao caso cabem.-----

-----O Sr. Arqº Forte disse que, relativamente ao processo inicial submetido a aprovação, o portão foi indicado como situação já existente e como tal apresentado por opção do projectista, pelo que a Câmara não interveio nesse sentido, limitando-se a reconhecer que o portão já existia e não fazia parte da obra. O portão acede a uma propriedade que foi anexada para a construção do condomínio e que anteriormente estava encravada, pelo que representaria a entrada do prédio. Quanto ao outro portão, o facto de ser eléctrico ou manual não retira segurança em caso de acidente, porque pode sempre ser aberto manualmente. A referida obra não teve vistoria, por opção do técnico, cuja responsabilidade tem de ser averiguada.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que o portão passou a fazer parte do projecto e que lhe foi afirmado que aquele portão foi condição imposta pela Câmara e mesmo que já lá estivesse, a sua aprovação é feita com a aprovação do projecto. E perguntou quem é o proprietário do terreno para onde o portão vai desaguar.-----

-----O consultor jurídico e o arquitecto, com base nos elementos constantes do projecto e que provam a titularidade do terreno, confirmaram que o terreno em causa configurava, quando muito, uma servidão particular não registada, que deixou de ser útil porque servia o prédio englobado no condomínio, logo não se tratava de domínio público municipal.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha voltou a salientar que os particulares lhe disseram que o portão foi condição imposta pela Câmara.-----

-----O jurista respondeu que o portão não fazia parte da obra a licenciar, segundo informação prestada pelo Arquitecto, o que se pode perceber pelo projecto.-----

-----O Sr. Arq<sup>o</sup> acrescentou que a colocação do portão é uma questão entre particulares e não interfere com a obra a licenciar.-----

-----O Sr. Presidente referiu que o proprietário da obra, Batista & Gil, Ld<sup>a</sup>, aquando da construção do condomínio, poderá ter melhorado um portão já existente ou construído um portão que preservasse o espaço lúdico e a piscina afectos ao condomínio, pois de contrário os equipamentos de lazer ficariam à disposição do público em geral.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou se é caminho público ou não.-----

-----O Dr. Vítor Batista respondeu que se extrai da Carta do PDM e do cadastro da freguesia que não se trata de um caminho público. E acrescentou que já foi explicado a um reclamante que uma eventual servidão de passagem não é um bem do domínio público, o que significa que era uma servidão particular. O uso público configurado por quem passa e por quem deixa passar pela serventia não lhe confere dominialidade.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que se era uma serventia já existente, como muitas pessoas se lembram, o proprietário teve má fé ao impedir o acesso. E perguntou, se o proprietário vai entaipar o portão, o que se pode fazer.-----

-----O consultor jurídico respondeu que, sendo o terreno sua propriedade, fará aquilo que a lei lhe permite, que será um muro de vedação, barrando o acesso do vizinho. Por sua vez o vizinho pode reclamar por lhe ter sido impedido o direito de passagem, mas esse litígio já não pode ser resolvido nos termos do urbanismo, mas em termos civis. A Câmara enquanto entidade licenciadora apenas tem de se regular pela certidão da Conservatória do Registo Predial e se do ponto de vista da legalidade urbanística pode ser licenciada uma obra ou não. Neste caso concreto a obra está embargada porque o muro foi construído sem licença e após o cumprimento das formalidades legais, cabe aferir se é legalizável ou não. Ainda que o muro venha a ficar construído mediante licenciamento urbanístico, poderá o Tribunal obrigar o proprietário a demoli-lo se, em sede própria, o direito de passagem de terceiros prevalecer.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos alvitrou a hipótese da Câmara licenciar a obra e o litígio ser submetido à jurisdição do Tribunal, perante um direito não consolidado, até que ponto pode a Câmara beneficiar um infractor.-----

-----O Consultor jurídico salientou que os particulares lesados têm sempre oportunidade de reagir. A Câmara tem conhecimento desses problemas e exerce uma magistratura de influência no sentido de harmonizar, dentro do possível, as partes conflituantes, porém com a consciência de que excede a competência da Câmara. Se a autarquia viesse a indeferir o licenciamento por afectar uma servidão particular, traduzir-se-ia num prejuízo, sem base legal para o sustentar. A Câmara não deve intervir nessa matéria porque excede a sua competência em matéria de urbanismo. Pode influenciar, se lhe for permitido e tentar que não lhe advenha qualquer tipo de responsabilidade pelo licenciamento, cumprindo as regras do urbanismo.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que este portão faz

parte da obra, construção e projecto, e inclusive foi exigido e que a Câmara veio confirmar o direito de passagem.-----

-----O Dr. Vítor Batista reiterou que o que foi dito é que o muro não é legal por não ter licença de construção, mas foi chamada a atenção que os terrenos são particulares e a obra é legalizável. Só quem deixa de ter acesso à servidão são os condóminos.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou se um condomínio deste tipo pode ter só uma entrada, ao que o Sr. Arq<sup>o</sup> respondeu afirmativamente.-----

-----A mesma autarca repetiu que o portão foi exigência da Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro referiu que já foi esclarecido pelo Sr. Arq<sup>o</sup> que não foi exigência da Câmara.-----

-----O Dr. Vítor Batista disse que mesmo que o portão fizesse parte da obra, o processo licenciaria o portão mas não o acesso.

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse querer que fique registado em acta que o Sr. Arq<sup>o</sup> afirmou que havia um portão que não fazia parte da obra e que não foi exigido pela Câmara; que o advogado disse que não é um caminho público mas um caminho particular, uma serventia, propriedade de quem ergueu o muro, daí a Câmara não ter responsabilidade. E concluiu que fez uma pergunta escrita e a Câmara era obrigada a responder hoje.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----LOTEAMENTO - Com a presença do Arq<sup>o</sup>. António Forte e do Dr. Vítor Batista foi lida a informação prestada por este último, respeitante ao loteamento urbano de Maria de Lurdes Batista Alves Videira e às taxas a cobrar pelo seu licenciamento, do seguinte teor:-----

----- «Suscita-se a questão de saber se ao presente processo tem aplicação o RMUE ou se, pelo contrário, este regulamento não tem aplicação, o que releva para efeito de montante das taxas a aplicar.-----

----- Sucintamente, os factos a considerar são os seguintes:-----  
----- Em vinte e cinco de Outubro de dois mil a requerente apresentou pedido de loteamento para prédios de sua propriedade;-----  
-----Por despacho do Sr. Presidente de vinte e três de Dezembro de dois mil e três foi o loteamento deferido na globalidade, o que foi notificado em vinte e nove de Dezembro de dois mil e três;-----  
-----Em sete de Fevereiro de dois mil e quatro entrou em vigor o RMUE;-----  
-----Em dezanove de Novembro de dois mil e quatro a requerente solicitou a emissão do alvará, tendo pago as taxas, liquidadas à luz da lei vigente à data da entrada do processo;-----  
-----A emissão do alvará foi deferida por despacho do Sr. Presidente de seis de Dezembro de dois mil e quatro, tendo sido emitido o alvará número nove barra dois mil e quatro em sete de Dezembro de dois mil e quatro;-----  
-----Em vinte e dois de Março de dois mil e cinco, a requerente veio solicitar a anulação do pedido de emissão do alvará e a devolução das taxas pagas, o que deferido em vinte e três de Março de dois mil e cinco;-----  
-----O pedido de anulação do alvará resultava da necessidade de adequação do loteamento às alterações ao PP;-----  
-----Em quatro de Abril de dois mil e cinco, a requerente apresentou novo pedido de loteamento, em conformidade com as alterações propostas para o PP;-----  
-----Este pedido foi processado como alteração ao pedido anterior, sendo tramitado no mesmo processo;-----  
-----As alterações ao loteamento foram aprovadas em sete de Abril de dois e cinco;-----  
-----Em oito de Abril de dois mil e cinco, a requerente solicitou a emissão do alvará, o que deferido em doze de Abril de dois mil e cinco;-----  
-----A liquidação das taxas devidas foi ainda feita à luz da lei vigente à data da entrada do pedido inicial;-----  
-----Foi emitido o alvará número dois barra dois mil e cinco, em

doze de Abril de dois mil e cinco;-----  
-----Em dezassete de Maio de dois mil e cinco, a requerente apresentou requerimento solicitando a anulação da emissão do alvará, dado verificarem-se erros materiais relativamente ao levantamento topográfico;-----  
-----De facto, veio a verificar-se a existência de erros de medição no PP que impunham a respectiva rectificação;-----  
-----A anulação do alvará foi deferida por despacho do Sr. Presidente de vinte e três de Maio de dois mil e cinco;-----  
-----Todo o descrito procedimento foi desencadeado ao abrigo do processo número sete barra dois mil;-----  
-----Em dezoito de Agosto de dois mil e cinco, a requerente apresentou novo pedido de loteamento, tendo em conta as correcções efectuadas ao PP;-----  
-----O projecto foi aprovado por despacho do Sr. Presidente de quatro de Novembro de dois mil e cinco;-----  
-----A requerida emissão do alvará e confrontada, agora, com um superior montante de taxas, por liquidadas nos termos do RMUE, a requerente manifestou, verbalmente junto do Sr. Presidente, a sua não-aceitação destas taxas;-----  
-----Pretende a requerente que sejam aplicadas as taxas iniciais, por entender não lhe serem imputáveis os factos que determinaram as sucessivas alterações ao loteamento.-----  
-----II-----  
-----Dos factos acima resumidos resulta que a liquidação das taxas efectuada inicialmente no processo número sete de dois mil considerou a data de entrada do requerimento inicial, em que não estava em vigor o RMUE, e a liquidação efectuada posteriormente, no âmbito do presente processo, já teve em consideração as taxas previstas no RMUE.-----  
-----A questão em apreço resume-se , portanto, a saber se as taxas devem ou não liquidadas à luz do RMUE.-----  
-----Não se oferecem dúvidas que o RMUE não tinha aplicação à data da primeira liquidação das taxas, dado a data de entrada do projecto de loteamento ser anterior à da entrada em vigor daquele regulamento.-----

-----Igualmente temos por certo que o pedido apresentado em quatro de Abril de dois mil e cinco se constituiu para todos os efeitos como um novo pedido de loteamento, o que determinaria que, estando nesse momento já em vigor o RMUE, as taxas deveriam ter sido liquidadas em conformidade com este regulamento<sup>1</sup>.-----

-----Outro tanto se passa em relação ao presente procedimento, em que é aplicável o RMUE.-----

-----Invoca, contudo, a requerente que o pedido de desistência apresentado em vinte e dois de Março de dois mil e cinco foi motivado por razões que lhe são estranhas e que se prendem com alterações a introduzir ao PP vigente na zona, facto pelo qual não pode ser penalizada.-----

-----Na verdade, verificou-se a necessidade de introduzir algumas alterações ao PP vigente para a zona que, no que aqui importa, contemplavam uma alteração do polígono de implantação da construção em um dos lotes.-----

-----Na base desta alteração, pelo que recordamos das conversações então havidas, estava um interesse municipal que, no caso deste loteamento, igualmente se apresentava como do agrado da requerente.-----

-----Deste modo, a questão que se coloca quanto à liquidação das taxas não é uma questão de simples aplicação da lei no tempo.<sup>2</sup>-----

-----A questão é saber se se devem ter em conta as razões que levaram a que o alvará inicial (número nove barra dois mil e quatro) tivesse sido anulado em Março de dois mil e cinco, conforme se referiu supra.-----

-----Dir-se-á que, do ponto de vista da equidade poderá assistir razão à requerente, pois a mesma poderia ter o alvará no âmbito do processo número sete de dois mil, com o número nove barra dois mil e quatro, em sete de Dezembro de dois mil e quatro, pagando as taxas vigentes àquela data, inferiores às actuais, e que teve de abrir mão do mesmo por razões que lhe não poderão ser imputadas.-----

---

<sup>1</sup> O que não foi feito, certamente pelas razões que determinaram a anulação do primeiro alvará.

<sup>2</sup> Vista a questão exclusivamente por este prisma, não há dúvida que as taxas devem ser liquidadas pela lei vigente à data do pedido, ou seja, pelo à data do pedido, ou seja, pelo RMUE.



-----Por outro lado, sendo a questão considerada exclusivamente pelo lado da legalidade da liquidação das taxas a coberto do RMUE, com a consequente liquidação e pagamento das taxas nos termos do RMUE, a requerente poderá solicitar ao Município o ressarcimento dos prejuízos que lhe tenham sido causados, decorrentes dos factos, que não lhe são imputáveis e que determinaram o prolongamento do processo ao longo do tempo (montante do acréscimo das taxas e eventuais outros prejuízos decorrentes do decurso do tempo, etc).-----

-----Por estas razões, poderá a Câmara, no atendimento dos motivos invocados, deferir a pretensão da requerente.-----

-----III-----

-----Em face do exposto, conclui-se que:-----

-----Atentas todas as circunstâncias que envolvem o processo, poderá a Câmara admitir que a liquidação das taxas seja efectuada pela fórmula inicial, vigente à data da entrada do primeiro pedido de loteamento».-----

-----O Sr. Presidente historiou a sequência de acontecimentos que levaram a que o processo iniciado há seis anos, no decurso do qual foi emitido um alvará, que foi depois alterado e que veio a dar lugar a um terceiro alvará, os erros da responsabilidade do município, nomeadamente no que concerne às áreas e a alteração do Plano de Pormenor, devolvendo-se ao requerente as taxas entretanto pagas, e que ora representam, à luz do novo RMUE entretanto aprovado, um acréscimo no pagamento de taxas. Embora esse acréscimo não seja por demais significativo, representa um dispêndio que não foi originado pela requerente e que pode ser encarado como injusto, tendo em conta que a demora na finalização do processo também lhe acarretou prejuízos.-----

-----O consultor jurídico explanou os motivos que concorreram para um conjunto de circunstâncias que culminou na situação relatada.-----

-----Às dezasseis horas e quinze minutos saiu o Sr. Presidente, tendo assumido a presidência dos trabalhos o Sr. Vice-

Presidente.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que há um grau de culpa da Câmara que deve ser ponderado no pagamento das taxas e, dado que o actual Regulamento não prevê nenhuma disposição transitória que obviasse à aplicação das novas taxas, há que assumir a situação em termos de justiça e equidade.-----

-----O Sr. Arqº Forte referiu que ninguém pensou na questão das taxas, quando se convidou a requerente a retirar o pedido e apresentar um novo processo de loteamento.-----

-----O executivo, no conhecimento que a liquidação das taxas é feita no momento de emissão do alvará; que a diferença se cifra em mil e quinhentos euros; nos prejuízos causados à particular, em tempo de espera, execução de novos projectos, documentação caducada e renovada ao longo do processo, e perda de potenciais negócios; atendendo à imperatividade de conferir justiça material a este processo; e atendendo às informações prestadas pelo jurista e pelo técnico municipal que concorrem para a formação do conceito de alguma culpa da administração; deliberou, por unanimidade, emitir o alvará para o loteamento a que se refere o Processo número três de dois mil e cinco, de Maria de Lurdes Baptista Alves Videira, cobrando as taxas pelo Regulamento anterior, vigente à data de emissão do alvará anulado por erros e pelo qual já tinham sido cobradas as taxas entretanto devolvidas.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou que vota a favor, por uma questão de justiça material e pelas razões de facto inseridas na informação.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse votar favoravelmente fazendo fé na informação, que assume existir um erro da Câmara.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O executivo retornou ao Período Antes da Ordem do Dia, após a saída dos técnicos.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse presumir não ter havido

despachos de deferimento de obras particulares ao abrigo da delegação de competências conferida ao Presidente da Câmara, porque nada foi informado a esta Câmara nos termos legais.-----

-----Perguntou também a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha por quê, as provas de ciclismo e cicloturismo que sempre decorreram no âmbito das festas da Cidade e fazem parte da festa, que sempre partiram do recinto da festa sendo uma animação em horário morto, este ano foram, aparentemente, expulsas do recinto pela Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre, sendo a zona de meta e a entrega dos prémios atiradas para fora do recinto, prejudicando com isso o seu bom funcionamento e prejudicando os próprios festejos. Lamentou que estas provas, que são muito bem vistas a nível nacional, principalmente a de cicloturismo que é muito bem conceituada e traz gente de todo o país, congreguem toda esta atitude que se verificou, com uma enorme falta de respeito pelo movimento associativo. Foi uma pena, perdemos todos e espera que no próximo ano voltem a decorrer como é habitual.-----

-----Disse ainda a mesma autarca que na última reunião foi aqui colocada a questão do subsídio a atribuir às provas de ciclismo e cicloturismo da respectiva Secção da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, com a informação que a transferência era igual à do ano anterior e, segundo parece, o executivo só aprovou metade da verba, porque em anos anteriores a transferência foi de mil euros para cada prova. Se assim for devia ser reposto o subsídio, por uma questão de coerência.-----

-----O Sr. Vice-Presidente justificou a sua intervenção no processo por falta de histórico. O seu parecer, posterior ao da GNR, veio na sequência de uma reunião com os responsáveis, perante a preocupação pelo número de participantes, tipo de prova e circuito, na qual tentou identificar os problemas de anos anteriores e lhe foi dado conhecimento das técnicas das provas. Por isso foram licenciadas com uma nova partida, a fim de não prejudicar a movimentação de pessoas no recinto das festas. Após esta experiência tem uma opinião diferente, reconhece que não conflituam com a circulação e só o ciclismo implica o fecho das estradas, embora não concorde com o horário.

As verbas transferidas tiveram por base uma proposta do Presidente da Câmara e, julga, que foi metade do ano passado, porque também foram conferidos outros tipos de apoio.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre disse que faz questão de enviar uma cópia da acta desta reunião à Secção de Cicloturismo da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, que organiza as duas provas. E referiu que não faz qualquer oposição às provas, são ambas interessantes e desde que foram incluídas nas Festas da Cidade comunicou ao Sr. Vice-Presidente que achava que a prova de ciclismo no dia dezassete, às dezanove horas iria coincidir com a inauguração das Festas da Cidade. Em anos anteriores, por dificuldade, sugeriu que fosse alterado o percurso, dentro do mesmo horário. Também não viu problema em que a entrega dos prémios fosse feita nos palcos, carecendo de agendamento prévio no Programa. Enquanto responsável pela elaboração do Programa, não teve nenhum pedido da Associação para integrar as provas, que o poderiam ser pacificamente. O problema fundamental é que já vem de anos anteriores é que não se consegue aceder ao recinto das festas pelo lado sul e todos os participantes que pretendem abastecer as tasquinhas são obrigados a deixar as viaturas longe e carregar os produtos de longas distâncias, a pé. No ano passado, a utilização do segundo palco para a entrega de prémios prejudicou o ensaio dos artistas no palco principal. Por estas razões manifestou a sua oposição.-

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro sugeriu que, atendendo a que as provas de cicloturismo e de ciclismo vão fazendo parte do calendário das Festas da Cidade e que a Secção de Cicloturismo tem feito questão que as provas se realizem num dos fins de semana das Festas da Cidade, no próximo ano, aquando do convite para as associações participarem, possa logo ficar agendada uma reunião para definir as questões logísticas. Pensa que será relativamente fácil organizar, com as forças de segurança, um local onde se possa fazer a entrada do recinto, do qual, nas reuniões que são realizadas com as colectividades participantes, estas sejam antecipadamente informadas que naquele dia e período de tempo a entrada se fará por determinado local e condições. Se

bem que percebendo que duas actividades utilizando som, ao mesmo tempo, gera conflitos, gostaria que no futuro houvesse um entendimento de forma a permitir articular que os horários sejam cumpridos, naquilo que depender da organização, com vista a que a meta pudesse localizar-se junto à Biblioteca.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre disse concordar totalmente com esta declaração.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que não são muitas as vezes em que todos os membros do executivo concordam. O que o Sr. Vereador Pedro Ribeiro colocou foi o que sempre ocorreu em anos anteriores, numa relação, parece que sempre harmoniosa e nunca lhe chegou nenhuma queixa em anos transactos. Por outro lado, fazendo votos para que de futuro venha a correr tão bem como no passado, ou melhor, não quer deixar de lamentar que este ano se tenha criado uma situação de tensão perfeitamente inútil ao ciclismo, à entrega de troféus e à partida, que em nada contribuiu para animar a festa como nos anos anteriores e que a tensão sobre esta matéria tenha sido publicamente mostrada em locais menos apropriados e de formas menos apropriadas durante inclusive o decorrer do evento. Mas a figura fica com quem a faz.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse que as provas correram muito bem e a de cicloturismo, de maior tradição, com mais participantes e não verificou tensão ou mal-estar. A Câmara disponibilizou apoio logístico e a prova disso é que as provas se realizaram, há coisas que se podem melhorar depois da análise pontual e eventuais pequenos problemas diluíram-se na cordialidade por parte de todos.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha referiu que era bom que a Câmara, em parceria com a Associação Vinte Quilómetros pusesse panfletos a anunciar os cortes de estrada, em todas as provas que utilizem a via pública.-----

-----  
-----  
-----  
-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente a carta do Engº Leonel Martinho do Rosário solicitando autorização para alienar os lotes setenta e oito e oitenta e nove da Zona de Actividades Económicas, propriedade de Santécnica, Engenharia e Construção, Lda e Eninve, Engenharia e Investimentos, Lda, empresas de que é sócio-gerente, respectivamente com a construção concluída e iniciada, com destino à instalação de uma empresa italiana de transformação de produtos não poluentes ligados ao sector pecuário e aviário.-----

-----A informação da chefe de Repartição salienta que ambos os lotes foram vendidos por escritura de onze de Outubro de dois mil e dois e, se a autarquia entender viabilizar a venda a compensação a pagar à Câmara nos termos do número cinco do Artigo cinquenta e quatro do respectivo Regulamento é de cinquenta por cento do custo de aquisição, que se cifra em vinte e três mil quinhentos e setenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos e vinte e seis mil novecentos e quarenta e um euros e oitenta e dois cêntimos, respectivamente.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha referiu que, como habitualmente, este assunto não consta da Ordem de Trabalhos nem lhe foram distribuídos documentos de análise. Lembrou, porém, que por vezes estes tipos de instalações exalam odores a uma distância considerável, pelo que a Câmara deliberou pedir informação sobre a actividade da empresa a instalar.-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento de João Francisco Colaço Silva solicitando certidão sobre o eventual uso do direito de preferência na venda que vai fazer da fracção autónoma correspondente ao segundo andar esquerdo do prédio sito na Rua Vasco da Gama, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

-----Foi presente uma cópia do requerimento apresentado pela advogada Cláudia Alcaçarenho solicitando certidão comprovativa do eventual uso de preferência sobre duas fracções autónomas do lote quinze da Rua Vasco da Gama, em Almeirim, que vão ser

oferecidas em dação em cumprimento.-----

-----A Câmara deliberou confirmar a deliberação de vinte e nove de Maio passado, em que solicita a apresentação dos elementos essenciais do negócio jurídico.-----

-----BAIRRO SOCIAL DO PUPO - Foi presente o requerimento de Zélio Araújo Rosa da Silva e Maria Virgínia da Conceição Silva da Silva, arrendatários da moradia sita na Rua Primeiro de Dezembro, número oito, direito, em Almeirim, solicitando a sua compra.-----

-----Tem informação do Sr. Arqº Sampaio que, de acordo com a legislação que invoca, o preço de venda é de vinte mil quatrocentos e cinquenta euros.-----

-----A Câmara deliberou vender por este preço.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - A Câmara tomou conhecimento da circular da ANMP referente à suspensão de transferências financeiras da Direcção Geral dos Recursos Florestais para os Municípios que constituíram gabinete técnico florestal.-----

-----CULT - SERVIÇOS DE HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - A Câmara tomou conhecimento do ofício da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo prestando esclarecimentos relativos ao concurso público para aquisição de serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho e à habilitação das empresas concorrentes.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----À Santa Casa da Misericórdia de Almeirim, para a semana comemorativa do Instituto Conde de Sobral, quatrocentos e vinte euros; e à Secção de Petanca da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, para o Primeiro Torneio Aberto de Petanca em Doublette

Cidade de Almeirim, mil setecentos e quarenta euros.-----

-----Para esta última deliberação ausentou-se da sala o Sr. Vereador Pedro Ribeiro, por se considerar legalmente impedido.--

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social propondo o apoio de cento e onze euros e quarenta cêntimos, com destino à obtenção da autorização de residência da família romena de Manuela e Marinel Darot e dois filhos menores, em virtude do chefe de família sofrer de doença oncológica incapacitante e não terem possibilidade de regressar ao país de origem.-----

-----A Câmara deliberou custear a despesa.-----

-----JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO - A Câmara tomou conhecimento do ofício da autarquia em epígrafe, convidando o executivo para as comemorações do décimo primeiro aniversário da elevação de Benfica do Ribatejo à categoria de Vila.-----

-----MEDALHA DE VALOR E MÉRITO - Sob proposta do Sr. Vereador Pedro Ribeiro, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros a Medalha Municipal de Valor e Mérito, pelo seu desempenho na presente época, em que ganharam o Campeonato Distrital de Futebol do INATEL e as Finais de Futebol do INATEL.-----

-----O Sr. Vice-Presidente convidou os seus pares para o jantar de homenagem à equipa de futebol desta Associação, que terá lugar no próximo dia vinte e dois, a que se seguirá a entrega das faixas de campeão, no palco principal das Festas da Cidade, evento patrocinado pela Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim.-----

-----NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUESA DE ALORNA - O Sr. Vice-Presidente submeteu à apreciação do executivo as Normas para funcionamento do Pavilhão da Escola Secundária de Almeirim, a serem cumpridas no âmbito da gestão da ALDESC, EM, previamente distribuídas por todos os



autarcas.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha salientou a prioridade que deve ser conferida ao desporto escolar na utilização deste equipamento, porque o contrário seria desvirtuar a finalidade para que o Pavilhão foi construído, com subsídios do Estado.----

-----O Sr. Presidente disse que esta afirmação não é correcta, o pavilhão contou com a participação de fundos comunitários, por candidatura desta autarquia e com verbas próprias da Câmara, não tendo havido comparticipação de fundos do Estado.-----

-----Analisado o normativo, foram introduzidas alterações a diversos artigos e ao anexo.-----

-----

-----NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO PAVILHÃO DE BENFICA DO RIBATEJO

----- O executivo procedeu à análise e correcção do normativo proposto, nomeadamente aos artigos segundo, terceiro e anexo.---

-----

-----Às dezassete horas e quinze minutos saiu o Sr. Vereador Pedro Ribeiro.-----

-----

-----Foram ainda alterados os artigos onze, treze, vinte e seis e vinte e oito, sendo analisado também o tarifário respectivo.--

-----As referidas Normas serão emendadas em conformidade, com vista à sua aprovação final.-----

-----

-----NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO PAVILHÃO ALFREDO BENTO CALADO -

O executivo determinou que as alterações ao normativo do Pavilhão Desportivo atrás analisado serão aplicadas às Normas de Funcionamento deste pavilhão desportivo municipal.-----

-----

-----NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL MARQUESA DE CADAVAL - - O Sr. Vice-Presidente submeteu à apreciação do executivo as Normas para funcionamento da Biblioteca Municipal de Almeirim, a serem cumpridas no âmbito da gestão da ALDESC, EM, previamente distribuídas por todos os autarcas.-----

-----Após análise foram introduzidas alterações ao texto, com vista à sua próxima aprovação.-----

-----  
-----NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CINE TEATRO DE ALMEIRIM - O Sr. Vice-Presidente submeteu à apreciação do executivo as Normas para funcionamento Do Cine Teatro de Almeirim, a serem cumpridas no âmbito da gestão da ALDESC, EM, previamente distribuídas por todos os autarcas.-----

-----Relativamente a estas Normas de Funcionamento e ao equipamento a transferir foram apresentados pela Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha um conjunto de correcções e proposta de alterações às mesmas, entre as quais uma relativa às condições de cedência do Cine Teatro a outras entidades e às tarifas a praticar nos espectáculos, considerando a mesma Vereadora que as propostas apresentadas eram muito elevadas e não estimulavam a participação da população na vida cultural, em particular as crianças.-----

-----Após análise do articulado foram introduzidas alterações aos artigos sétimo e oitavo e ao tarifário.-----

-----Este normativo será presente a uma próxima reunião para aprovação.-----  
-----  
-----

-----Às vinte horas e vinte minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição